

CULTURA MATERIAL ESCOLAR: PRESERVAÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA HISTÓRICA COMO PARTE DA CIDADANIA CULTURAL

Giani RABELO*
Maria Dolores DENSKI*
Maurício Ruiz CÂMARA*

Resumo

Esse artigo procura discutir e problematizar o projeto “*Littera Culturalis*: Organização, catalogação e preservação de documentos de escolas da rede municipal de Criciúma/SC”, realizado pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME). Ao todo, seis escolas foram envolvidas. O objetivo geral foi o de sensibilizar equipes diretivas das escolas, além de técnicos da Secretaria Municipal de Educação, sobre a importância da preservação e guarda dos documentos escolares para a história da educação. Como etapa final deste trabalho, está sendo concluída uma coleção contendo documentos digitalizados, imagens das escolas e entrevistas com alguns dos sujeitos que construíram (e continuam construindo) as experiências desses estabelecimentos. Ao final deste projeto sabemos que não ficaram resolvidas as questões relacionadas à organização, preservação e guarda dos documentos, mas temos convicção de que o projeto contribuiu para uma nova consciência dos/as participantes, sobre a importância dos procedimentos corretos, principalmente em relação aos arquivos escolares. Com este trabalho colaboramos para a socialização desses documentos enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, de forma a contribuir para a historiografia da educação catarinense e, principalmente, garantir o direito à cultura dos cidadãos e cidadãs das comunidades escolares e, por conseguinte, à memória coletiva e ao passado histórico.

Palavras-chave: História da Educação. Arquivos Escolares. Preservação. Cultura Escolar.

SCHOOL MATERIAL CULTURE: PRESERVING THE RIGHT TO HISTORICAL MEMORY AS PART OF THE CULTURAL CITIZENSHIP

Abstract

* Giani Rabelo é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupehme – Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesc – Universidade do Extremo Sul Catarinense - Criciúma/SC – Brasil – e-mail: Gr@unesc.net

* Maria Dolores Denski é mestre em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense Instituto Latino Americano e Caribe (2000). É professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma/SC – Brasil. E-mail: mdp@unesc.net

* Maurício Ruiz Câmara é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Criciúma/SC – Brasil. E-mail: mrc@unesc.net

This article aims at discussing and questioning the project “*Littera Culturalis: Organizing, Cataloging and Preserving Municipal School Documents in Criciúma (SC)*”, conducted by the Research Group History and Memory on Education (GRUPEHME). Six schools were studied. The overall objective was to call the attention of school directors and the administrative officials of the Municipal Department of Education to the importance of preserving and keeping school documents for the sake of history education. As the final phase of this project, we are completing a digital collection of documents containing digitized images of schools and interviews with some people who built (and continue to build) the experiences of these establishments. As this project finishes, some questions related to the organization, preservation, and keeping of documents were not answered, but we believe that the project contributes to the participants’ awareness of the importance of correct procedures, especially in relation to school archives. With this work we contribute to the socialization of these documents as sources of scientific research, to the historiography of education in Santa Catarina, and, especially, to the guarantee of the right of access to culture by citizens and school communities and, thus, to the preservation of the collective memory and historical past.

Key words: History of Education. School Archives. Preservation. Culture School.

Introdução

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi.¹

A partir do final da década de 1980, no campo da história da educação, muitos estudos têm buscado “invadir a caixa-preta da escola com o intuito de compreender seu funcionamento interno, a constituição do currículo e as práticas diárias de professores e professoras, alunos e alunas”², mas para que isto seja possível se faz necessária a preservação dos vestígios materiais, além das memórias dos sujeitos que construíram (e continuam construindo) as experiências escolares.

Esse texto busca mostrar um dos trabalhos efetuados pelo Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (Grupehme)³, que tem como um dos seus principais objetivos “incentivar a guarda e a preservação da cultura material das escolas do sul de Santa Catarina”.

Neste artigo, além de apresentar o projeto *Littera Culturalis* – Organização, Catalogação e Preservação de Documentos de Escolas da Rede Municipal de Criciúma/SC, pretendemos problematizar algumas questões teórico-práticas, relacionando-as aos propósitos do projeto e à realidade encontrada nas escolas abarcadas pelo mesmo.

O projeto *Littera Culturalis* ocorreu no âmbito do Programa de Pesquisa e Ação Comunitária (PPAC), na Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), de março de 2006 a fevereiro de 2008. Também contou com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc). Foram envolvidos na sua execução membros permanentes e colaboradores do Grupeme.

Ao todo, seis escolas da rede municipal de educação de Criciúma, em SC, participaram deste projeto, a saber: E.M.E.I.E.F. Pascoal Meller (bairro Santa Augusta); E.M.E.I.E.F. Profa. Lili Coelho (bairro Santa Luzia); E.M.E.I.E.F. Elisa Sampaio Rovaris (bairro Tereza Cristina); E.M.E.F. Érico Nonnenmacher (bairro Pinheirinho); C.E.I.M. Tereza Dário Milanezzi (bairro Pinheirinho); E.M.E.I.E.F. Linus João Rech (bairro Paraíso).

Optamos por estas escolas por serem da rede municipal de educação de Criciúma, uma vez que já vínhamos realizando alguns trabalhos de pesquisa nesta rede de ensino desde 2001 e, além disso, por estarem localizadas nos bairros delimitados pelo edital ao qual o projeto concorreu. Neste edital estava previsto que poderiam ser envolvidas apenas instituições localizadas no entorno da Unesc. Desta forma, o único critério estabelecido pela equipe de pesquisadores/as foi o de que deveriam ser escolas públicas municipais.

A seguir discorreremos a respeito de algumas informações sobre os propósitos e fundamentos do projeto.

Littera Culturalis: uma breve apresentação dos seus propósitos e fundamentos

O projeto teve como objetivo geral sensibilizar secretárias/os e diretoras/es de escolas da rede municipal de Criciúma/SC, além de técnicos da Secretaria Municipal de Educação, para a preservação e guarda dos documentos existentes nos seis educandários envolvidos, a fim de contribuir para a preservação da cultura material dos mesmos. O documento escolar aqui foi entendido no viés do movimento dos *Annales*, ou seja, dentro da noção de que o documento não é apenas o escrito, mas tudo aquilo que representa o passado humano, fruto da ação dos sujeitos históricos,

expresso em vários suportes. No caso da escola, são os relatórios, livros de atas de reuniões, históricos escolares, boletins, quadros, mobílias, quadros didáticos, lousas, globos, uniformes, cadernos, produções de alunos e professores, manuais escolares, materiais iconográficos e sonoros, traços arquitetônicos entre tantos outros. Nesse sentido, para Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁴

Nessa perspectiva, o documento, que tinha o significado de prova para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, passa a ser considerado monumento quando utilizado pelo historiador, uma vez que representa um legado da memória coletiva, pois perpetua ou evoca o passado.

Mas há de se considerar que os documentos/monumentos escolares registram apenas uma parte do passado, por isso nos preocupamos, também, em dar visibilidade aos testemunhos orais, trazendo à tona as lembranças de sujeitos que participaram da história dos estabelecimentos na condição atual de ex-alunos/as, ex-professores/as, ex-diretores/as, ex-funcionários/as e comunidade escolar.

Como objetivos decorrentes, procuramos possibilitar a socialização desses documentos, enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, de forma a contribuir para a historiografia da educação catarinense e, principalmente, garantir o direito à cultura de todo cidadão e cidadã das comunidades escolares e, por conseguinte, à memória coletiva e ao passado histórico. Desse modo, a memória da educação foi estabelecida como um dos referenciais da identidade cultural e um instrumento que permite o exercício da cidadania, uma vez que o direito à memória histórica é parte da concepção de cidadania cultural.

Outros objetivos, de caráter mais prático, foram postos, como: capacitar secretárias/os e diretoras/es para a higienização, organização e preservação de acervos escolares; organizar, catalogar e digitalizar acervo documental existente; favorecer o acesso de pesquisadores/as, por meio virtual, acerca da cultura material escolar e, por último, aproximar a universidade das comunidades escolares circunvizinhas.

Para concretizar o projeto, organizamos as atividades em quatro etapas: na primeira, contatamos a Secretaria de Educação da Prefeitura de Criciúma, a fim de apresentar o projeto; em seguida, visitamos as escolas para informar e convidar as equipes diretivas a participar da oficina “Organização de arquivos e conservação de acervos documentais”, oferecida nas dependências da Unesc; num segundo momento, foram realizadas visitas *in loco* pelas/os bolsistas acompanhadas/os de um/a professor/a, a fim de se fazer o levantamento e a catalogação do acervo escolar. Os utensílios escolares mais antigos e a atual arquitetura/estrutura escolar foram fotografados. Os documentos textuais e iconográficos foram selecionados, priorizando, do mesmo modo, os mais antigos, sendo inclusive catalogados e digitalizados. Num quarto momento, foram entrevistadas/os ex-alunas/os, ex-professoras/es, ex-funcionárias/os e membros da comunidade, com a finalidade de se montar um banco de depoimentos de pessoas que, de algum modo, vivenciaram a história das instituições escolares.

Como síntese deste trabalho, está sendo concluída uma coleção digital composta por seis CD-ROMs com animação multimídia, contendo todo o material coletado. É importante pontuar que os membros do projeto têm participado de eventos científicos a fim de divulgar o trabalho desenvolvido.⁵

Este projeto, por si só, não representa um trabalho de pesquisa, uma vez que não parte de um problema nem de um tema, mas procura dar visibilidade à significativa quantidade e riqueza dos documentos que ainda hoje estão disponíveis nas escolas, e, ao digitá-los, estamos disponibilizando-os, a fim de facilitar trabalhos de pesquisa.

Importante reforçar que a linha central de nosso trabalho se sustentou na ideia de que a cultura material escolar tem uma relação direta com a construção da memória histórica e que esta, por sua vez, é um dos pressupostos básicos para a garantia da cidadania cultural dos sujeitos sociais, no caso específico do *Littera Culturalis*, daqueles que compõem as comunidades escolares, ou seja, professoras/es, equipes diretivas, funcionárias/os alunas/os, pais e mães, além das pessoas que residem nos arredores das escolas.

Os vestígios encontrados nas escolas oferecem um terreno fértil para a compreensão da materialidade das relações que são construídas, historicamente, no cotidiano da escola e fora dela. Dito de outra forma, essa intensa materialidade, suporte de uma escrita institucional, profissional ou escolar convive com um conjunto também significativo de objetos e móveis que, se não se apresentam imediatamente

como registros documentais do passado, portam vestígios das práticas escolares instituídas historicamente.⁶

Deste modo, a guarda e a preservação desses vestígios escolares contribuem para a realização de pesquisas sobre a trajetória histórica dos educandários e, também, sobre as práticas desenvolvidas no seu interior, ou seja, “muito podem dizer sobre métodos de ensino, disciplina, currículo, saberes escolares, formação de professores...”⁷

Este cuidado tem a ver com o movimento de alargamento dos temas abordados pela história da educação e que, aos poucos, foi também ampliando o uso das fontes, uma vez que os documentos oficiais são insuficientes para penetrarmos no cotidiano escolar.

De um lado, esses vestígios utilizados como fontes de pesquisa são, para nós, historiadores da educação, “ferramentas”, pois nos informam sobre a vida escolar, mais precisamente sobre a cultura escolar constituída em diferentes movimentos históricos, em distintos lugares. De outro, estas fontes podem ser transformadas em objetos de pesquisa, no campo da história da educação.

Um destaque importante a ser feito é que este projeto não intencionou problematizar as fontes, mas localizá-las, sistematizá-las, organizá-las e, principalmente, socializá-las, facilitando o trabalho de futuros/as pesquisadores/as.

A partir do contato prévio com resultados de pesquisas realizadas no campo da história da educação e da aproximação com a materialidade existente nesses educandários, percebemos que a escola é produtora de uma “cultura própria e original, constituída por e constituinte também da cultura social”⁸. Autores como Viñao Frago (1995) e Dominique Julia (2001) nos auxiliam na compreensão do conceito de cultura escolar.

Viñao Frago⁹ compreende a cultura escolar como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas, uma vez que, no interior delas, são produzidas maneiras de pensar e de agir que propiciam aos envolvidos nas práticas escolares “estratégias e pautas para desenvolver, tanto nas aulas como fora delas, atitudes, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos, objetos e ritos escolares”.

Dominique Julia¹⁰ concebe a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O autor ainda entende que a cultura escolar “não pode ser

estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou popular”. Para o autor, analisar a cultura escolar dos estabelecimentos escolares, por meio de seus documentos e utensílios, implica considerar as relações culturais operadas nos educandários em direção a outros campos sociais, suas formas e conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção aos educandários.

Depois destas breves notas sobre os propósitos e fundamentos do projeto *Littera Culturalis* apresentaremos as etapas desenvolvidas no projeto, problematizando-as.

Ensinando e aprendendo na oficina “Organização de arquivos e conservação de acervos documentais”

Como já mencionado no início do artigo, após as visitas às escolas e a apresentação do projeto ao corpo docente, funcionários/as e equipes diretivas, ofertamos a oficina “Organização de arquivos e conservação de acervos documentais”.¹¹

A preservação correta dos registros escolares garante o tempo de permanência dos mesmos para que várias gerações tenham conhecimentos das práticas educacionais vivenciadas em várias temporalidades. Por termos identificado desconhecimento sobre a importância dos documentos para a história da educação e sobre a sua forma de preservação, decidimos ofertar tal oficina.

Cabe lembrar que um documento só se torna um documento histórico quando o pesquisador passa a fazer perguntas a ele, caso contrário é só mais um indício.

Para cumprir esta etapa, contratamos os serviços dos técnicos da Fundação Educacional Barriga Verde (Febave), ligados ao Curso de Graduação de Museologia e, também, contamos com o apoio do Centro de Documentação Regional – Cedoc/Unesc¹².

Participaram do referido curso as/os professoras/es e acadêmicos/as executores do *Littera Culturalis* e representantes das escolas envolvidas, além de duas funcionárias da biblioteca da Unesc e da Secretaria Municipal de Educação.

Antecedendo à abordagem dos aspectos técnicos uma discussão teórica que ficou sob responsabilidade da equipe de professores/as que coordenaram o projeto.

História da educação, cultura escolar, documentos, arquivo escolar e memória foram os conceitos mais problematizados, inclusive com leitura prévia de textos.

Do ponto de vista técnico, foram realizadas discussões sobre arquivística e exercícios práticos sobre restauração, conservação e preservação de arquivos em suporte papel. Neste último bloco, foram enfatizados temas como o surgimento do papel e os tipos, fatores de degradação do mesmo, a importância da conservação, o manuseio de documentos frágeis, as formas de higienização e os utensílios necessários, bem como os reparos, acondicionamento, classificação, catalogação e ordenação de documentos. O arquivo em suporte papel foi priorizado por ser o de maior volume nas escolas e por residirem aí os maiores problemas de preservação, na avaliação da equipe que desenvolveu o projeto. Além de atividades práticas e discussões teóricas, foi realizada uma visita ao Centro de Documentação – Cedoc/Unesc.

Os pontos mais preocupantes e enfatizados durante toda a oficina foram o lugar da guarda dos documentos que são acumulados ao longo do tempo e, além disso, o acesso aos que não são procurados com frequência.

A partir das experiências práticas e discussões teóricas realizadas, passamos a compreender que, em primeiro lugar, é preciso perceber que “a guarda ou retenção de tais documentos catalogados por critérios individuais, em qualquer lugar e de forma assistemática não é solução desejada recomendável”.¹³ Em segundo, que o lugar adequado, a classificação e a ordenação facilitam a consulta e constituem critérios básicos para o funcionamento de um arquivo, cuja finalidade é o “armazenamento de informações sob a forma de documentos, reunidos de maneira que permita uma localização segura e rápida”.¹⁴

De acordo com Zaia¹⁵, os documentos escolares (em suporte papel) podem ser organizados em três tipos de arquivos, ou seja, arquivo corrente, arquivo intermediário e arquivo permanente, que correspondem, respectivamente, às fases ou idades ativa, semiativa e inativa. O primeiro reúne os documentos regularmente utilizados, o segundo abarca aqueles utilizados ocasionalmente, e o terceiro agrega os documentos conservados de modo permanente. O arquivo permanente pode ser compreendido como o arquivo histórico escolar.

Para Zaia¹⁶, baseado nos princípios da arquivística, o conjunto de documentos deve sofrer avaliação e “receber tratamento que esteja de acordo com sua destinação”, ou seja:

Essa avaliação deverá ocorrer ainda no arquivo corrente e determinará se o documento irá para o arquivo intermediário, para o arquivo permanente ou, ainda, se será descartado/eliminado. Se o documento for para o arquivo intermediário, quando terminar o prazo previsto ainda na avaliação, será encaminhado ao arquivo permanente ou será descartado.¹⁷

Em geral, a voz recorrente das/os representantes das escolas, participantes da oficina, foi de que nunca haviam tido orientação dessa ordem em relação aos cuidados com os arquivos escolares e que, por isso, já haviam descartado muitos documentos, pois desconheciam as técnicas de preservação dos documentos (em suporte papel) e a importância desta atitude para a história da educação e, além disso, ao agirem de forma inadequada, não sabiam que estavam prejudicando o tempo de vida daqueles documentos.

Este descarte, apesar de parecer desinteressado, certamente foi permeado por diferentes intencionalidades. Por que alguns documentos foram destinados ao lixo e outros não? Esta questão será abordada no próximo item do artigo.

Diante disso, uma das questões problematizadas foi a de que não é possível guardar tudo. É preciso selecionar, mas para fazer a seleção é necessário o estabelecimento de critérios. No entanto, estes critérios não podem estar pautados apenas na lógica administrativa, eles devem ir além, dando visibilidade aos sujeitos, às produções e práticas escolares, a fim de “permitir que novas visões da e sobre a escola sejam produzidas no presente e no futuro”.¹⁸ Para alcançar este objetivo, as escolas devem rever seus planos de destinação e suas tabelas de temporalidade.

Mas quem decidirá sobre os critérios? Quais os documentos que serão mantidos no arquivo permanente ou histórico? Essas foram as principais dúvidas levantadas. A conclusão a que chegamos é que a comunidade interna é quem deve decidir, levando em consideração suas diversas atividades, com a participação inclusive de alunos/as, funcionários e professores/as de diferentes disciplinas. Nessa perspectiva:

Superar o contingente e o aleatório dessa sobrevivência é um problema a enfrentar na construção de análises sobre as escolas que levam em conta seus fazeres ordinários. Para tanto, é preciso investir no estabelecimento de critérios de guarda e organização documental, bem como cuidar da conservação das peças.¹⁹

Além do desconhecimento sobre o assunto, alguns outros problemas foram apontados, como a falta de espaço e locais adequados para a guarda e a falta de material para a higienização e conservação. No entanto, ficou evidenciado que dariam outro tratamento aos documentos, mas com certas restrições, por conta da falta de materiais necessários a este processo, ou seja, os cuidados básicos seriam tomados, principalmente no processo de conservação.

Muitas vezes pequenos detalhes garantem o “tempo de vida” da memória de uma geração. Nosso compromisso é que a “memória” da educação escolar seja guardada e preservada adequadamente para que a história dessas escolas possa ser registrada, conhecida, socializada e reconstruída por diferentes sujeitos.

Os arquivos escolares e sua preservação: levantamento, seleção e catalogação dos documentos

A discussão sobre a importância dos arquivos escolares para o campo da história da educação tem sido bastante frisada por vários autores. O assunto arquivo escolar exige de nós, historiadores da educação, uma profunda reflexão, tamanha sua importância para as nossas investigações. Por meio dele podemos adentrar no espaço escolar e compreender parte da cultura escolar ali instaurada. Os arquivos escolares vêm conquistando um lugar de destaque nas pesquisas, isso pode ser evidenciado em pesquisas realizadas pelo Grupehme desde 2001, pois seus membros têm desenvolvido boa parte de seus estudos a partir dos documentos neles encontrados, nas diferentes escolas investigadas.

Concordamos com Maria João Mogarro, quando ela sugere que

Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos atores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas. O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações

(também obtidas em fundos documentais externos à escola), revelando um elevado índice de coerência e lógica internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu.²⁰

Do ponto de vista teórico, o debate sobre os arquivos escolares apresenta-se de forma bastante rica, no entanto, é preciso problematizar a situação em que eles se encontram nestas instituições, pois

Em geral, interessadas no valor comprobatório dos documentos, as secretarias de escolas mantêm cuidadoso registro da vida escolar de alunos e professores, atualizando com frequência os arquivos correntes. O mesmo desvelo não é concedido à documentação histórica, na maioria das vezes, acumulada em *arquivos mortos*, e aos documentos produzidos cotidianamente pela atividade pedagógica.²¹

Importante lembrar que os termos *arquivo corrente* e *arquivo morto*, este último denominado pela arquivística como arquivo permanente, de acordo com o dicionário de terminologia arquivística, significam, respectivamente, o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração, e o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.²²

Para Vidal²³, “seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. Por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho na escola”.

Todavia essa “seleção natural”, que certamente é questionada pela autora, precisa ser problematizada. Parafraseando Lopes e Galvão²⁴, a seleção já foi feita por aqueles que produziram os documentos, por aqueles que os conservaram ou os destruíram, intencionalmente ou não, e, além disso, por aqueles que organizaram os acervos escolares. Portanto, a história destas instituições será sempre um “conhecimento mutilado”.

Mesmo havendo a “guarda” dos documentos nestas duas modalidades de arquivos, ou seja, os arquivos correntes e os arquivos mortos, os dois grupos estão fadados à destruição, um em menos tempo que o outro. A situação fica mais crítica

quando nos remetemos aos documentos produzidos por professores/as e alunos/as no dia a dia da escola.

Ana Chrystina Venâncio Mignot e Maria Teresa Santos Cunha chamam a atenção para os documentos produzidos pelas/os e para as/os professoras/es:

Alguns documentos sobre o fazer docente resultam da necessidade de testemunhar o vivido, revelando desempenhos por vezes anônimos ou que, ao longo do tempo, caíram no anonimato. Outros resultam de imposição. Atendem às normas institucionais. Desvalorizados a cada arrumação, são relidos, selecionados, destruídos. Têm o mesmo destino de outras escrituras ordinárias, também desprezadas. Ganham importância para a compreensão da cultura escolar e, especialmente, da cultura docente.²⁵

Nas escolas envolvidas, a documentação utilizada com mais frequência, ou seja, aquela com valor comprobatório, fica na secretaria, geralmente bem cuidada e organizada. No entanto, os demais documentos são colocados no arquivo morto. Verificamos, na maioria das escolas, que os ambientes que abrigam tal arquivo não têm as mínimas condições de acondicionamento. Na maior parte das vezes, estes arquivos ficam em locais sem ventilação, tomados por umidade e fungos. Estes documentos, habitualmente, encontram-se misturados com produtos químicos e equipamentos em desuso.

Mesmo percebendo a centralidade dos documentos dos arquivos para o entendimento da organização e funcionamento da instituição escolar que os produziu, sabemos que “a existência desses arquivos ganhará verdadeiramente um sentido quando o acesso às informações que possuem for garantido e com uma organização correta dos seus documentos”.²⁶ Esta organização correta implica na reorganização do arquivo morto das escolas, transformando-o num arquivo permanente ou histórico, integrado funcionalmente ao arquivo corrente. Essa medida envolve também o cuidado em conservar documentos gerados em outros ambientes, como, por exemplo, a sala de aula e grêmios estudantis²⁷.

Durante as visitas às escolas, observamos uma forte cultura do descarte em relação aos documentos e utensílios escolares. Em relação à guarda dos documentos, vivenciamos um descaso considerável, excetuando-se alguns poucos estabelecimentos. É comum, ano a ano ou em menor tempo, incinerarem documentos considerados “inúteis” para a escola. A escola é uma instituição moderna, mas seus

arquivos estão longe de receber os devidos cuidados. Logo, a história da instituição escolar perde elementos à medida que se desfaz de seus registros escritos e iconográficos, mobílias e objetos, entre outros.

Apesar da forte cultura do descarte, encontramos uma diversidade de documentos que resistiram ao tempo, como livros de atas de reuniões pedagógicas, reuniões das Associações de Pais e Professores (APPs), livros de matrículas, históricos escolares, livros de ocorrências e outros. Além dos documentos considerados oficiais, encontramos também, apesar de poucos, cadernos de planejamento de professores/as, livros didáticos, produções dos/as alunos/as. No entanto, podemos concluir que, mesmo encontrando vários documentos que resistiram a intempéries, a condição de guarda e preservação não ocorre adequadamente, criando condições favoráveis à deterioração e descarte dos mesmos. Percebemos também que a falta de conhecimento é um dos principais elementos causadores desta atitude, somando-se a isto a ausência de uma política pública voltada para esta questão.

Após a seleção dos documentos a serem digitalizados, foi realizada sua catalogação, a fim de identificá-los e apresentar brevemente o conteúdo.

Não catalogamos todos os documentos mais antigos encontrados, tentamos abarcar um conjunto que representasse as várias atividades desenvolvidas no ambiente escolar, não nos restringindo apenas aos documentos oficiais. No entanto, concordamos que esta seleção não se deu apenas nesta etapa. Antecedeu a este processo a seleção feita por outros sujeitos, ou seja, a decisão sobre o que deveria permanecer e o que deveria ser descartado. A seleção também pode ter acontecido por determinadas circunstâncias físicas e temporais.

Ao finalizar este item, gostaríamos de afirmar que a consulta aos arquivos escolares é imprescindível no trabalho do/a historiador/a da educação, uma vez que os documentos são manifestações ou representações da memória da instituição. Então, nossa proposta de trabalho soma-se a tantas outras, concluídas ou em andamento no País, na luta pelo direito de acesso aos arquivos escolares, não somente aos pesquisadores e pesquisadoras, mas a toda a comunidade escolar, viabilizando assim a reconstrução das histórias dos educandários.

Digitalização dos documentos e organização dos acervos digitais

Os/as pesquisadores/as e os/as historiadores/as da educação, mais especificamente, estão se deparando, cada vez mais, com documentos digitalizados em suas práticas investigativas. Para Wagner Rodrigues Valente²⁸, isto vem ocorrendo devido ao fato de que “são os problemas relativos à preservação do patrimônio documental e sua progressiva deterioração que vêm motivando iniciativas em todo o mundo de elaboração de bibliotecas e acervos virtuais”.

Digitalização é a “reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade, permitindo a visualização do documento em terminal ou sua impressão em papel”.²⁹

Muito tem se ouvido falar que a digitalização é uma das alternativas mais modernas, eficientes e seguras para se guardar e consultar amplas quantidades de documentos, uma vez que ela converte imagens do papel para arquivos em meio eletrônico. Não podemos negar as vantagens do armazenamento em meio eletrônico, como: “redução de áreas de arquivamento, redução no tempo de recuperação da informação, rapidez para atualização dos dados, possibilidade de acesso por mais de um usuário, possibilidade de manter cópias de segurança”. No entanto, é preciso saber que não existem só vantagens neste processo, as desvantagens são: “constantes mudanças de mídia com custos associados imprevisíveis, obrigatoriedade da existência de equipamento e software para recuperação do dado, e inexistência de valor jurídico”.³⁰

Mesmo reconhecendo as vantagens e desvantagens da digitalização de documentos, no âmbito do projeto *Littera Culturalis*, consideramos este mecanismo bastante significativo para o desenvolvimento dos estudos na área da história da educação, principalmente no que diz respeito à possibilidade de acesso por vários pesquisadores/as. Por isso concordamos com Valente quando afirma:

Essa forma de trabalho busca romper com práticas de pesquisa individuais que, após utilizarem materiais e documentos, selecionados cuidadosamente, para dar sustentação empírica às teses, dissertações e monografias, abandonam essas fontes à sua própria sorte, dificultando sobremaneira o seu uso por outros pesquisadores. Desse modo, a todo tempo, torna-se necessário refazer o trajeto que pode levar a tais materiais. Porém, nem sempre é possível encontrá-los uma vez mais nas mesmas condições de utilização, tampouco nos mesmos lugares. Explica-se: processos de deterioração, mudanças físicas de locais de guarda, por exemplo, apagam, às vezes por completo, o caminho de acesso aos documentos.³¹

Mas é preciso destacar que neste projeto não nos pautamos na ideia de que a digitalização deva “conduzir à relegação ou à destruição dos objetos impressos do passado”, como aponta Chartier³² e ainda acrescenta:

[...] com as possibilidades e promessas da digitalização, a ameaça de outra destruição não se afastou definitivamente. Como leitores, como cidadãos, como herdeiros do passado, devemos, pois, exigir que as operações de digitalização não ocasionem o desaparecimento dos objetos originais e que seja sempre mantida a possibilidade de acesso aos textos tais como foram impressos e lidos em sua época.³³

Durante a execução do projeto, digitalizamos vários documentos encontrados, priorizando os mais antigos.

No processo de aproximação em relação à cultura escolar construída nos diferentes estabelecimentos abarcados no projeto *Littera Culturalis*, objetivando a reconstrução da história destes educandários, é preciso considerar que as fontes/documentos fotografados e digitalizados passaram por uma seleção dos/as pesquisadores/as. No entanto, esta seleção não se deu apenas nesta etapa. Antecedeu a este processo a seleção feita por outros sujeitos ou por determinadas circunstâncias físicas e temporais.

Depois de termos feito um acordo com as escolas, oficializado por meio de um Termo de Compromisso, deslocamos os documentos selecionados por nós para um dos laboratórios de informática da Unesc. Este procedimento foi adotado para assegurar maior qualidade no processo de digitalização, pois na universidade havia disponibilidade de um escâner mais apropriado para este fim.

Antes de serem digitalizados, houve a remoção manual de encadernações, grampos e cliques, fitas adesivas além do conserto de páginas rasgadas dos documentos (quando possível). Na sequência os documentos foram pré-classificados em lotes.

No processo de digitalização propriamente dito, seguimos as orientações de Martins, Reiney e Pires³⁴, ou seja: o escâner foi ajustado para a digitalização de acordo com o tamanho ou cor do documento, depois foi escolhida a extensão da imagem digitalizada. Os autores lembram que “a qualidade de uma imagem digitalizada é medida em pixels por polegada, quanto mais pixels, maior a qualidade, podendo ser 100, 200, 300 ou 400 pixels por polegada” e que “à medida que a

qualidade da imagem e o número de pixels aumentam, a velocidade de digitalização diminui e aumentam os requisitos de armazenamento em mídias”.³⁵

Logo após o procedimento da digitalização, foi realizada a compactação das imagens digitalizadas, que reduzem os tamanhos para armazenamento e transmissão. Todo o material foi encaminhado ao Departamento de Tecnologia da Informação da Unesc, a fim de receber um tratamento para animação em multimídia com a utilização do programa Authorware³⁶. Paralelamente, o Setor de Marketing da universidade realizou o trabalho de criação da capa dos CD-ROMs³⁷.

Além dos documentos digitalizados, textos em formato pdf sobre a apresentação do projeto e as entrevistas, ponto que trataremos adiante, estão sendo inseridos nos discos. O sumário padrão prescrito nos CD-ROMs é o seguinte: Apresentação do Projeto; Objetivos; Apresentação da Escola; Textos Digitalizados; Entrevistas – Transcrição; Equipe de Pesquisadores/as; Órgãos Financiadores; Ficha Catalográfica; Agradecimentos.

Os CDs, na medida em que são concluídos, são catalogados como produção intelectual pela biblioteca nacional. Após a conclusão do trabalho de organização do arquivo digital, a coleção será distribuída gratuitamente para as escolas envolvidas e para a Secretaria de Educação de Criciúma, SC, além de outras instituições que estejam atuando nesta área. O conteúdo dos CD-ROMs será, posteriormente, inserido no Centro Virtual de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina (Cemesc). Em seguida, apresentaremos a capa do primeiro arquivo digital finalizado.

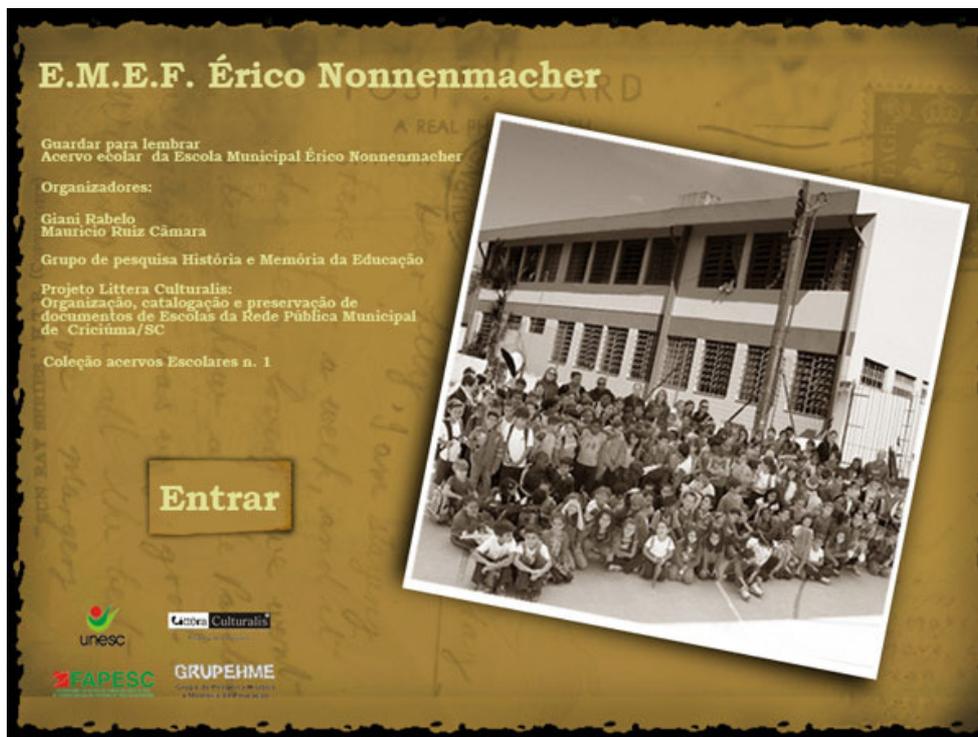


Figura 1: Capa do CD ROM da Escola Municipal Érico Nonnenmacher

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Memória e História da Educação (Grupehme)

Os CD-ROMs serão lançados nas escolas que participaram do projeto. Na ocasião de cada lançamento será convidada toda a comunidade escolar, em especial, os colaboradores do projeto.

As entrevistas para banco de depoimentos

Como foi mencionado anteriormente, uma das últimas etapas do projeto *Littera Culturalis* foi a realização das entrevistas com ex-alunos/as, ex-professoras/es, ex-funcionárias/os e membros da comunidade, com a finalidade de se montar um banco de depoimentos.

As entrevistas foram gravadas com a permissão prévia dos/as entrevistados/as e, posteriormente, foram transcritas na íntegra. Optamos pela gravação motivados/as pela sugestão de Nadir Zago:

A gravação do material é de fundamental importância pois, com base nela, o pesquisador está mais livre para conduzir as

questões, favorecer a relação de interlocução e avançar na problematização. Esse registro tem uma função também importante na organização e análise dos resultados pelo acesso a um material mais completo do que as anotações podem oferecer e ainda por permitir novamente escutar as entrevistas, reexaminando o seu conteúdo.³⁸

Antes de iniciar as entrevistas, esclarecemos sobre o projeto, sua procedência, objetivos e finalidades. Cada entrevistado/a assinou um Termo de Consentimento Informado. Esses foram sendo mapeados com a ajuda de pessoas que tiveram uma forte relação com as escolas. O conjunto dos sujeitos entrevistados representou os vários segmentos envolvidos na história dos educandários.

Nas entrevistas, a distinção entre a atitude de pessoas de idade e de adultos ativos foi significativamente manifestada. Os relatos das pessoas idosas foram mais longos, fluidos, enquanto os dos adultos, mais breves e pontuais. As pessoas de idade se mostraram orgulhosas, valorizadas e, em geral, demonstraram alegria ao narrar suas histórias.

Talvez isso tenha a ver com o fato de as pessoas mais velhas vivenciarem poucas oportunidades de narrar suas histórias, de ter pouco espaço de escuta e expressão na sociedade moderna. Para Bosi³⁹, a sociedade industrial rejeita o velho, pois coloca a mercadoria e o dinheiro acima do homem, e o avançar da idade significa a desvalorização. A velhice, que representa um processo natural da vida, é vista de forma preconceituosa.

Walter Benjamin (1994) já identificava que a sociedade moderna vinha se caracterizando pelo instantâneo, pelo descartável, pelo efêmero e pela intensidade dos acontecimentos. Nela, a tecnologia e a informação substituíam os espaços de memória. A oralidade está cada vez mais emudecida; e os narradores, cada vez mais expurgados. Contar histórias se tornou algo obsoleto, démodé. Em função disso, a arte de narrar está aniquilada, tornando-se cada vez mais raras as pessoas que sabem fazê-lo.

É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. [...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros⁴⁰

O narrador tem como fonte a experiência que passa de pessoa a pessoa. Ele narra uma história tecida pelo coletivo. Mas, como observa Maria Stephanou⁴¹, “temos acompanhado essa fúria modernizadora e a destruição sistemática dos suportes da memória coletiva”. Igualmente, “não se encontram em suspenso ou em destruição, apenas os lugares de memória, mas estão ameaçadas as próprias identidades e a produção da memória coletiva”.

A memória individual está intimamente ligada à memória coletiva. Portanto, a memória é coletiva, ela está no grupo, mas quem lembra é o indivíduo. Alice Lang⁴², ao comentar Halbwachs, afirma que “qualquer que seja a forma assumida pela fonte oral, baseia-se ela na memória, e a memória é sempre uma reconstrução, evocando o passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva”.

As memórias individuais e coletivas, profundamente entrelaçadas umas às outras, levam a lembrar de algo que está inscrito na memória coletiva como se pertencesse a nossa experiência individual. Assim, o depoimento pessoal está repleto de experiências coletivas, construídas pelo sujeito, a partir dos lugares e do tempo que ele experienciou na sociedade, durante a sua vida, em seu processo de socialização.

A memória não é neutra, pois ela é carregada de significados construídos a partir das experiências vivenciadas. Ela não é linear, o ontem e o hoje se entrecruzam constantemente, por isso a memória é uma leitura inacabada da realidade, de tal modo que a possibilidade de se trabalhar com a memória implica considerar não só as lembranças, mas também os esquecimentos, os silêncios e as palavras não ditas. Michael Pollak⁴³ afirma que “as fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”. Muitas vezes, o silêncio é fruto do temor de não ser ouvido, ou ser mal-entendido, ou ainda, punido pelo que se diz. Nesse caso, o silêncio precisa ser problematizado.

Do mesmo modo é preciso lembrar que as formas com que damos sentido as nossas memórias mudam com o passar do tempo, uma vez que:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. [...]. As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os

moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais.⁴⁴

Ao todo foram realizadas 22 entrevistas pelos/as bolsistas do projeto, totalizando em torno de 35 horas de gravação. Para a transcrição foram envolvidos bolsistas do programa Voluntariado do Artigo 17045, posteriormente estes documentos passaram por revisão ortográfica, incluindo a exclusão dos vícios de linguagem. Também foram excluídos pelos pesquisadores/as depoimentos considerados comprometedores e que iam de encontro aos propósitos do projeto. A maior parte das questões inquiridas aos/às entrevistados/as foram sobre a relação que mantiveram com a escola, os acontecimentos mais significativos e a experiência vivenciada no ambiente escolar.

Praticamente todos os/as entrevistados/as foram fotografados/as, mediante autorização. As imagens aparecem nos CD-ROMs, na sessão entrevistas, no final de cada uma delas.

A preocupação em incluir no acervo digital as entrevistas ocorreu em função de os documentos orais possibilitarem o trabalho com as memórias. Em geral ausentes nos documentos escritos, que por sua vez foram considerados, por muito tempo, as únicas fontes legítimas e imparciais da pesquisa historiográfica. A oralidade “abre as portas” para outras perspectivas sobre o passado, pressupondo que cada pessoa tem o seu olhar, a sua leitura a partir da sua própria história de vida, ou seja, a partir da sua perspectiva e visão do presente. Dessa forma, foi preciso considerar diferentes leituras, desencontros, mesmo que as mesmas pessoas tenham vivido situações, espaços e temporalidades comuns.

Enfim, o trabalho com a memória contribui para uma pluralidade nos registros e análises sobre a história e, nesse caso, sobre a história das escolas envolvidas no projeto *Littera Culturalis*, dando visibilidade às experiências silenciadas durante anos.

Concluindo

O mundo material, ou melhor, os vestígios materiais oferecem um terreno fértil para a compreensão da materialidade das relações que são construídas historicamente no cotidiano da escola e fora dela. Entre estes vestígios, encontram-se os documentos textuais e iconográficos, que fazem parte do arquivo escolar, os utensílios escolares – mobiliários, materiais pedagógicos, manuais didáticos e tantos outros – bem como a arquitetura dos edifícios escolares.

A organização correta dos documentos para os estabelecimentos em geral reduz-se à guarda dos documentos comprobatórios/legais da vida escolar dos/as alunos/as e professores/as que compõem os arquivos correntes. Os demais, ou seja, a documentação histórica é relegada ao arquivo morto.

Mesmo havendo a “guarda” dos documentos nestas duas modalidades de arquivos, os dois grupos estão fadados à destruição, um em menos tempo que o outro. A situação fica mais crítica quando nos remetemos aos documentos produzidos por professores/as e alunos/as, no dia a dia da escola.

Muitos são os comentários a respeito da digitalização dos documentos, sem dúvidas, uma das alternativas mais eficiente e segura para se guardar e consultar amplas quantidades de documentos, uma vez que ela converte imagens do papel para arquivos em meio eletrônico.

Não podemos negar as vantagens do armazenamento em meio eletrônico, como “redução de áreas de arquivamento, redução no tempo de recuperação da informação, rapidez para atualização dos dados, possibilidade de acesso por mais de um usuário, possibilidade de manter cópias de segurança”. No entanto, é preciso saber que não existem somente vantagens neste processo.

Mesmo reconhecendo as vantagens e desvantagens da digitalização de documentos, no âmbito do projeto *Littera Culturalis*, consideramos este mecanismo bastante significativo, tanto para o desenvolvimento dos estudos na área da história da educação, quanto para a sua preservação. No entanto, é preciso destacar que neste projeto, não nos pautamos na ideia de que a digitalização deva favorecer a relegação e destruição dos impressos.

Ao final deste projeto sabemos que não ficaram resolvidas as questões relacionadas à organização, preservação e guarda dos documentos das escolas envolvidas, mas temos convicção de que o projeto contribuiu para uma nova consciência das equipes diretivas, sobre a importância dos procedimentos corretos, principalmente em relação aos arquivos escolares.

Apesar das limitações materiais e de infra-estrutura das escolas, ficou muito presente a ideia de que, muitas vezes, pequenos detalhes garantem o tempo de vida da memória de uma geração e, por isso, nosso compromisso é que a memória da educação escolar seja guardada e preservada adequadamente para que a história dessas escolas possa ser registrada, conhecida e socializada, a fim de garantir o direito à cidadania cultural dos sujeitos que constroem a história das instituições escolares.

Com este trabalho colaboramos para a socialização desses documentos, enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, de forma a contribuir para a historiografia da educação catarinense e, principalmente, garantir o direito à cultura dos cidadãos e cidadãs das comunidades escolares e, por conseguinte, à memória coletiva e ao passado histórico.

Recebido em 9/02/2010

Aprovado em 17/4/2010

Notas

¹NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares.*(Trad. de Yara Khouri) PROJETO HISTÓRIA/10- PUC/SP, 1993. p. 15.

² VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação. In: *O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos.* São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004. p. 3.

³ O Grupo de Pesquisas História e Memória da Educação, cadastrado no CNPq é vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unesc desde 2002, surgiu em 2001 com uma pesquisa específica realizada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (SC) que buscava reconstruir a história das escolas municipais mais antigas.

⁴ LE GOFF, J. 1996. *História e memória.* Campinas, Editora da Unicamp, 1996. p. 545.

⁵ Participação no IV Seminário de Grupos de Pesquisa. II Seminário de Iniciação Científica da ACAFE, 2006, Criciúma e também no IX Congresso Ibero-americano de história da educação latino-americana, 2009, Rio de Janeiro.

⁶ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.* Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p.4.

⁷ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 83.

⁸ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.* Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 5.

⁹ VIÑAO FRAGO, Antonio. *Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio.* (texto divulgado pelo autor e ainda não publicado), 2000.

¹⁰ JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como objeto histórico.* In: Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Editora dos Associados, 2001. p. 9-10-37.

¹¹ A oficina aconteceu entre os dias 15 e 22 de setembro de 2006 com carga horária de 20h/a m e tiveram direito ao certificado aquelas/es com 100% de frequência.

¹² O Centro de Documentação Regional da Unesc consiste em um centro de referência que atua na recepção, identificação, ordenação, classificação, conservação e disponibilização/socialização de fundos e coleções de documentos que se encontram distribuídos dentro de linhas específicas de acervos, entre elas, **Memória e História da Educação.**

¹³ FEIJÓ, Virgílio de Mello. *Documentação e arquivos escolares.* Porto Alegre, Sagra, 1988. p.62.

¹⁴ FEIJÓ, Virgílio de Mello. *Documentação e arquivos escolares.* Porto Alegre, Sagra, 1988. p.63..

¹⁵ ZAIA, Iomar. *O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos.* São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004.

- ¹⁶ ZAIA, Iomar. *O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos*. São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004. p. 26.
- ¹⁷ ZAIA, Iomar. *O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos*. São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004. p.26-27.
- ¹⁸ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 22.
- ¹⁹ VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação. In: *O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos*. São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004. p. 4.
- ²⁰ MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares: realidades e perspectivas na educação portuguesa. Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Évora, Portugal, 2004. p.72.
- ²¹ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 21.
- ²² *DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. - Publicações Técnicas; nº 51. ISBN: 85-7009-075-7. p. 28 e 33.
- ²³ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 21 -22.
- ²⁴ LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 79.
- ²⁵ MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio e CUNHA, Maria Teresa Santos. *Entre papéis: a invenção cotidiana da escola*. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio e CUNHA, Maria Teresa Santos (org). *Práticas de memória docente*. São Paulo, Cortez, 2003.p.9 -10.
- ²⁶ FEIJÓ, Virgílio de Mello. *Documentação e arquivos escolares*. Porto Alegre, Sagra, 1988. p.65.
- ²⁷ VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de e VALDEMARIN, Vera Teresa (org). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 22.
- ²⁸ VALENTE, W. R. . *Arquivos escolares virtuais: considerações sobre uma prática de pesquisa*. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 175-192, 2005. p.187.
- ²⁹ MARTINS, Neire do Rossio; REINEY, Alice; PIRES, Reinaldo. *Digitalização de documentos*. 2001. Disponível em: <http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Digitalizacao_Unicamp.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009. p. 3.
- ³⁰ MARTINS, Neire do Rossio; REINEY, Alice; PIRES, Reinaldo. *Digitalização de documentos*. 2001. Disponível em: <http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Digitalizacao_Unicamp.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009. p.3-4.
- ³¹ VALENTE, W. R. . *Arquivos escolares virtuais: considerações sobre uma prática de pesquisa*. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 175-192, 2005. p.187. p. 177.
- ³² CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p.28.
- ³³ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p.29.
- ³⁴ MARTINS, Neire do Rossio; REINEY, Alice; PIRES, Reinaldo. *Digitalização de documentos*. 2001. Disponível em: <http://www.powerbrasil.com.br/pdf/Digitalizacao_Unicamp.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2009. p.8.
- ³⁵ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p.29.
- ³⁶ O trabalho foi realizado por Fábio Duarte (programador web), supervisionado por Camila Pacheco .
- ³⁷ O trabalho foi realizado por Olmar da Silva Vieira Júnior (responsável pelo trabalho de criação).

³⁸ ZAGO, Nadir. A entrevista em seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: _____; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 138-179. p. 299.

³⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 77-78.

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.198.

⁴¹ STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 1998. p. 133-34.

⁴² LANG, Alice B. da S. G. *História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta*. In: (Re) introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo, 1996. p. 35.

⁴³ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1988. p.8.

⁴⁴ THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997. p. 57.

⁴⁵ A bolsa do Artigo 170 é um recurso financeiro oferecido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com as Leis Complementares nº 281/2005, nº 296/2005 e nº 420/08.